

Dívida: Estados pressionam

Pública
ECONOMIA • 21

Planalto

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney disse ontem ao Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que o Governo não pode abrir mão de sua política fiscal e nem do “esforço obstinado” em organizar as contas públicas, informou o Porta-Voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos. Sarney encaminhou também ao Ministério do Planejamento o documento que recebeu do Governador, reivindicando o pagamento de 10% do serviço da dívida do Estado, e não os 25%, como exige a proposta de orçamento para 1989, em exame no Congresso Nacional.

A pressão dos Governadores junto ao Governo federal se intensificou ontem, em sucessivas audiências no Palácio do Planalto. Os Governado-

res de Rondônia, Jerônimo Santana, do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello, do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, e do Ceará, Tasso Jereissatti, também foram ao Palácio do Planalto. Eles alegam não ter condições de efetuar o pagamento das dívidas por falta de recursos, por isso, querem mudar a regra estabelecida no Orçamento.

Apesar da posição oficial, Sarney está sendo aconselhado por seus auxiliares mais próximos de que é necessário “separar o joio do trigo”, ou seja, examinar a situação dos Estados caso a caso. Segundo um assessor do Palácio do Planalto, a exemplo de Newton Cardoso, os demais Governadores precisam encaminhar às autoridades federais um levanta-

mento completo da situação financeira de seus Estados. Quem apresentar melhor situação financeira poderia arcar com o pagamento de um percentual até superior a 30%. Outros, menos favorecidos, poderiam ser autorizados a rolar suas dívidas, pagando até 10%, como deseja o Governo de Minas.

● **ORÇAMENTO** — Para alterar a proposta orçamentária, diminuindo de 25% para 10% o pagamento, pelos Estados, da dívida externa contraída com o aval do Tesouro, o Ministério do Planejamento teria que retirar do Congresso o Orçamento Geral da União, enviado na forma de projeto-de-lei, no último dia 31 de agosto. A informação foi dada ontem pelo Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, acrescentando que novos cálculos teriam que ser feitos e um novo projeto-de-lei encaminhado posteriormente ao Congresso.